

Release – Mesa Redonda “Produção de Hidrogênio em São Paulo”

Mais um debate realizado pela Comissão Especial de Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde da Câmara dos Deputados – CEENERGIA. Desta vez na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), nesta sexta-feira, dia 11/08, onde foi entregue ao deputado **Arnaldo Jardim** o “Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável”, proposta de regulação do setor formulado por Abeeólica, Absolar, Abiogás e Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro - AHK Rio.

Na abertura do evento, e representando a FIESP, **Ronaldo Koloszuk**, segundo Diretor-Secretário, afirmou que “o Hidrogênio é uma enorme oportunidade para reindustrializar o Brasil. Uma neointustrialização, mas com sustentabilidade”.

Para o debate, foram convidados:

Marisa Barros, subsecretária de Energia e Mineração da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, que pontuou: “o Estado de São Paulo tem diversidade e abundância de fontes de energias renováveis. Temos gás natural com CCS, Biogás e Biometano, Etanol e Biomassa de várias fontes”.

Suani Teixeira Coelho, coordenadora do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, que afirmou: “se acoplarmos a captura do CO₂ à produção de Hidrogênio poderemos ter emissões negativas. Com uma produção de 650 milhões de toneladas de cana, é possível produzir mais de 6 milhões de toneladas de h₂, a partir de uma rota com custo competitivo”.

Ana Carla Petti, diretora de Assuntos Regulatórios e Institucional da Comerc Energia, que lembrou: “para fomentar o mercado, é preciso a realização de leilões de oferta e demanda com a equalização dos preços por meio de recursos públicos”.

Carlos Américo Pacheco, diretor-Presidente da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), que defendeu: “precisamos aproveitar o conjunto de investimento já feito no setor Sucroenergético e o aprendizado acumulado desde a década de 1970 para a produção de hidrogênio. Uma forma de preservar esse ativo extremamente importante para o Estado de São Paulo”.

Camila Ramos, vice-Presidente de Investimentos e Hidrogênio Verde do Conselho da ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), que enumerou algumas propostas do Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável:

- Inserção do hidrogênio no âmbito de competência da ANP como agência reguladora e fiscalizadora (respeitadas as competências da ANEEL, ANA, ANTAQ, órgãos ambientais e outras autoridades nas suas respectivas esferas de regulação e fiscalização);

- Alteração na Lei das ZPEs com incentivos e facilitar a sua criação e operacionalização;

- Redução da carga tributária (PIS/COFINS, ICMS, IPI, II, IR e CSLL) e créditos fiscais para a cadeia produtiva da produção do hidrogênio renovável; e

- Isenção de encargos setoriais aos projetos de hidrogênio renovável como CDE, PROINFA, CCC e demais que incidem sobre a parcela de consumo. Aplicação do REINTEGRA e prorrogação da SUDENE (benefícios de redução de 75% do imposto sobre a renda).

Ao final, o deputado Arnaldo Jardim, presidente da CEENERGIA, afirmou que “no âmbito da regulação, não basta fomentar a produção, precisamos induzir uma demanda de um hidrogênio cada vez mais sustentável – não podemos priorizar o H2 de origem fóssil. Além disso, não só exportar Hidrogênio, precisamos usá-lo para a neointustrialização da nossa economia, o que agregará valor aos produtos produzidos pela indústria nacional”.